



ENSINO DE CIÊNCIAS E INCLUSÃO: DESAFIOS EXPERIENCIADOS NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CRUZ DAS ALMAS – BA

Geovane Dias Nascimento¹

Guilherme da Silva Oliveira²

Karine Sande Barreto³

Misley Silva Santos⁴

Resumo

A educação inclusiva, garantida pela Constituição Federal (1988), pela LDB (Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), assegura o direito de aprendizagem a todos os estudantes, mas ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar, especialmente no ensino de Ciências. Este estudo analisa os principais entraves e possibilidades da prática pedagógica inclusiva em escolas públicas, evidenciando que muitos professores encontram dificuldades em adaptar suas aulas para alunos com deficiência devido à fragilidade da formação inicial e à ausência de apoio institucional. O referencial teórico fundamenta-se em Mantoan (2006), Moreira (2011) e Vigotski (1998), articulando inclusão, ensino de Ciências e mediação social. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu análise de documentos institucionais (PPC e PPP), entrevistas com professores de Ciências e observações no Subprojeto PIBID/Biologia. Os resultados indicam lacunas na formação inicial e falta de políticas escolares efetivas que sustentem práticas inclusivas. Ainda assim, professores demonstram disposição em buscar alternativas, embora de maneira empírica. Conclui-se que fortalecer a inclusão no ensino de Ciências exige tanto mudanças estruturais nos cursos de licenciatura quanto ações contínuas de formação docente que articulem teoria e prática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, PIBID, Formação Inicial, Formação Continuada.

1. INTRODUÇÃO

Educação inclusiva é um conceito que vai muito além da simples presença de alunos com deficiência nas escolas regulares. Ela representa um compromisso social, político e

¹Graduando em Licenciatura em Biologia na UFRB - biogeovanedias@gmail.com

²Graduando em Licenciatura em Biologia na UFRB - guibiolic22@aluno.ufrb.edu.br

³Mestra em ensino das Ciências Ambientais - karine.barreto@nova.educacao.ba.gov.br

⁴Graduanda em Licenciatura em Biologia na UFRB - santosmisley@aluno.ufrb.edu.br



pedagógico de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características, condições ou necessidades, tenham direito pleno à aprendizagem e à participação ativa no ambiente escolar. Conforme destaca Mantoan (2006), inclusão não é apenas “colocar para dentro”, mas assegurar que o ambiente escolar se reorganize para receber a diversidade, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante.

A partir desse entendimento, é evidente que não é necessário apenas a matrícula de estudantes com necessidades especiais, é necessário que as escolas e as instituições de nível superior revisitem seus currículos com foco na inclusão. No entanto, essa transformação ainda encontra grandes desafios no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à formação inicial dos professores. A formação docente, segundo Guimarães *et al*; (2022), muitas vezes não oferece uma preparação adequada para que futuros educadores possam lidar com a diversidade presente nas salas de aula inclusivas.

A formação inicial em cursos de Ciências, de modo geral, tende a priorizar os conteúdos específicos da disciplina, enquanto as questões relacionadas à inclusão costumam ser tratadas de forma superficial ou até negligenciadas. Como observa Queiroz (2024), “a Educação Inclusiva praticamente não aparece nos documentos institucionais como uma política prioritária...”. Além disso, de acordo com Garnica et al. (2016), mesmo quando há oferta de formação voltada à educação especial, “há pouca margem para aprofundamento” devido à carga horária limitada. Essa lacuna na formação contribui para que muitos docentes, ao iniciarem sua atuação profissional, sintam-se inseguros ou despreparados para atender alunos com diferentes necessidades educacionais.

Além da formação, é necessário considerar as práticas pedagógicas que efetivamente acontecem nas escolas. Veríssimo e Prais (2023) enfatizam que a inclusão exige uma reconfiguração das metodologias e estratégias de ensino para que o processo educativo seja realmente acessível e significativo para todos os estudantes. Isso implica desenvolver abordagens diversificadas, flexibilizar conteúdos e avaliar de maneira justa, sempre com o foco no desenvolvimento das potencialidades individuais. Contudo, nem sempre essa





abordagem está presente no cotidiano escolar, muitas vezes devido à falta de suporte, recursos didáticos e tecnológicos e carência de formação continuada adequada para os professores.

Neste cenário, esta pesquisa se propõe a investigar os desafios enfrentados pelos professores de Ciências em uma escola pública de Cruz das Almas - Ba, buscando compreender de que forma a formação inicial influencia suas práticas pedagógicas voltadas para a inclusão. Para isso, serão analisados documentos institucionais, como os Projetos Pedagógicos de Curso e o Projeto Político Pedagógico da escola, que orientam a formação e a prática docente, além de coletar as percepções dos professores por meio de entrevistas e questionários. Com esse olhar integrado, pretende-se contribuir para que a formação docente deixe de ser um espaço isolado da diversidade presente nas salas de aula e se torne efetivamente um processo de preparação para a inclusão plena e qualificada.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO E NO DISCURSO EDUCACIONAL

Falar em educação inclusiva é muito mais do que colocar alunos com deficiência nas salas de aula. É transformar profundamente o modo como a escola funciona, a quem ela pertence e a quem ela serve. No Brasil, esse ideal está amparado em marcos legais que, em teoria, garantem espaço e apoio ao estudante com deficiência. A Constituição de 1988 estabelece a educação como direito de todos (artigo 205) e atribui ao Estado e à família o dever de garantir acesso igualitário (artigo 206).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, reforça esse compromisso ao definir a educação especial como uma modalidade escolar preferencialmente ofertada na rede regular de ensino (artigos 58 a 60), destacando que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para esse atendimento. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, afirma que a inclusão é um movimento político, cultural e pedagógico que articula igualdade e diferença como valores indissociáveis no processo educacional.

O Plano Nacional de Educação, vigente de 2014 a 2024, também traz diretrizes importantes, especialmente por meio da meta 4, que prevê a universalização do atendimento educacional especializado em ambiente inclusivo, com apoio de salas de recursos multifuncionais e formação continuada de professores. Os documentos são claros em relação





à importância da inclusão, mas a distância entre a legislação e o cotidiano escolar ainda é um abismo a ser enfrentado.

No campo acadêmico, essa tensão entre o que está previsto na legislação e o que se realiza na prática é amplamente discutida. Mantoan (2006) afirma que incluir não é apenas permitir o acesso, mas modificar as estruturas e posturas da escola para receber a todos com dignidade. Para Sasaki (2010), promover a inclusão é reconstruir a lógica educacional, transformando práticas que historicamente se pautaram pela exclusão. Veríssimo e Prais (2023), por sua vez, alertam que a inclusão pode se tornar apenas um enfeite discursivo se não vier acompanhada de ações concretas, apoio institucional e preparo dos docentes.

Ao observarmos o cenário das escolas públicas, percebemos que, embora os documentos institucionais tragam palavras como diversidade, acessibilidade e equidade, as práticas pedagógicas ainda são marcadas por improviso, insegurança e ausência de formação específica. Professores lidam diariamente com estudantes que apresentam múltiplas formas de aprender, mas muitas vezes não contam com suporte teórico, metodológico ou institucional para promover, de fato, uma aprendizagem inclusiva.

É nesse ponto que se insere esta pesquisa, que tem como proposta investigar a realidade vivida por professores de Ciências em uma escola pública de Cruz das Almas. Nosso objetivo é compreender como a formação inicial desses profissionais dialoga com os princípios da educação inclusiva e em que medida as práticas pedagógicas adotadas são capazes de acolher a diversidade presente nas salas de aula.

2.1 A formação inicial docente e seus desafios para a inclusão

A formação inicial de professores, especialmente nas licenciaturas em Ciências, segue sendo um dos principais pontos de tensão quando o tema é educação inclusiva. Ainda que os documentos institucionais apresentem diretrizes que preveem a formação de um profissional crítico, ético e sensível à diversidade, o que se observa na prática é uma formação marcada por lacunas importantes no que se refere ao preparo para lidar com a heterogeneidade das salas de aula, sobretudo no que diz respeito aos alunos com deficiência.

Na maior parte das universidades, a inclusão ainda aparece como um tópico acessório. Em muitos casos, limita-se a uma única disciplina, muitas vezes de caráter optativo, sem articulação com os demais componentes curriculares. Nos cursos de Ciências, essa fragilidade é ainda mais evidente, pois o foco costuma recair sobre os conteúdos específicos das áreas





biologia, física, química em detrimento da discussão pedagógica mais ampla e das estratégias de ensino voltadas para estudantes com diferentes perfis e necessidades.

Essa dissociação entre formação e realidade é vivida diretamente por quem atua nas escolas. Professores de Ciências frequentemente relatam sentir-se despreparados para trabalhar com estudantes com deficiência, não por falta de vontade ou compromisso, mas porque a formação inicial pouco abordou o tema. Muitas vezes, são obrigados a construir suas estratégias de forma empírica, baseando-se na tentativa e erro, ou recorrendo a colegas mais experientes, já que o suporte institucional e a formação continuada também são, por vezes, limitados.

A análise de Projetos Pedagógicos de Curso evidencia essa lacuna. Apesar de os textos desses documentos frequentemente mencionarem a inclusão como princípio ou valor formativo, ela raramente aparece como eixo estruturante do curso. A transversalidade, que permitiria discutir inclusão em todas as disciplinas da metodologia de ensino às práticas de estágio quase sempre está ausente. Como resultado, os futuros professores concluem sua formação com domínio técnico do conteúdo, mas sem segurança didática ou conhecimento teórico prático sobre como tornar esse conteúdo acessível a todos os alunos.

Como ressaltam Cordeiro, Fracaro e Oliveira (2021), a abordagem da inclusão na formação inicial, quando existe, costuma ser limitada aos aspectos legais e conceituais, sem aprofundamento sobre metodologias inclusivas, avaliação adaptada ou uso de recursos acessíveis. É uma formação que, ao não reconhecer a diversidade como parte constitutiva da escola, acaba por negligenciar a realidade cotidiana de muitos docentes e estudantes.

Neste estudo, o que se propõe é justamente investigar de que forma essa formação inicial repercute nas práticas pedagógicas de professores de Ciências em uma escola pública de Cruz das Almas. A partir da análise dos documentos institucionais dos cursos que formaram esses docentes e da escuta direta de suas experiências, buscamos compreender até que ponto esses profissionais foram, de fato, preparados para promover uma educação inclusiva.

É preciso reconhecer que formar professores para a inclusão não se resume à oferta de conteúdos específicos sobre deficiência. Trata-se de promover uma mudança de paradigma na própria concepção de ensino e aprendizagem, colocando a diversidade como princípio orientador do trabalho pedagógico desde os primeiros momentos da formação docente. Sem isso, a inclusão seguirá sendo um desafio maior do que deveria ser.



2.2 A prática pedagógica e os desafios no cotidiano escolar

O cotidiano escolar é o espaço onde teoria e formação são postos à prova, onde o ideal da educação inclusiva encontra seus maiores desafios. Para professores de Ciências, esse cenário pode ser especialmente complexo. Eles precisam conciliar o domínio do conteúdo com a construção de estratégias que atendam à diversidade de seus alunos, incluindo aqueles com deficiência. É na sala de aula que se evidenciam as lacunas da formação inicial e as dificuldades em transformar princípios em ações concretas.

As práticas pedagógicas em ambientes inclusivos demandam flexibilidade e criatividade constantes. Segundo Veríssimo e Prais (2023), a inclusão exige reconfiguração metodológica para garantir que o processo de ensino seja acessível e significativo para todos. Não basta replicar métodos tradicionais ou esperar que o aluno se adapte a um modelo padrão. É necessário que o professor reorganize sua forma de ensinar, considerando diferentes formas de aprender, necessidades específicas e recursos disponíveis. No entanto, muitos docentes relatam falta de suporte e materiais adequados, o que limita as possibilidades de intervenção pedagógica efetiva.

Além da carência de recursos, há também a sobrecarga emocional e profissional. Lopes e Silva (2021) apontam que a complexidade do atendimento às demandas individuais, sem o suporte necessário, pode levar ao desgaste docente e sensação de incapacidade, prejudicando a qualidade do ensino.

Outro desafio relevante é a ausência de políticas claras e contínuas de formação continuada que preparem os professores para lidar com a diversidade de maneira aprofundada e prática. Conforme destaca Guimarães *et al.*; (2022), capacitações pontuais e superficiais são insuficientes para transformar a prática docente em favor da inclusão.

Nesse contexto, os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e os planos de ação têm um papel fundamental. Eles podem orientar e sustentar práticas inclusivas, mas precisam ser efetivamente aplicados e revisados de acordo com a realidade da comunidade escolar (Mantoan, 2006). É importante que esses documentos não sejam apenas textos institucionais, mas instrumentos vivos que incentivem o diálogo, a colaboração e a busca por soluções coletivas.

Ao investigarmos a experiência dos professores de Ciências em uma escola pública de Cruz das Almas, esta pesquisa busca entender como essas práticas se manifestam, quais são as dificuldades enfrentadas e as estratégias que têm sido adotadas, mesmo que de forma





improvisada. É essencial reconhecer que, apesar das limitações, muitos professores demonstram comprometimento e buscam caminhos para garantir que todos os alunos tenham direito à aprendizagem.

Assim, refletir sobre a prática pedagógica inclusiva é também refletir sobre as condições estruturais e humanas que envolvem o trabalho docente, abrindo espaço para repensar políticas, formação e recursos que possam tornar a inclusão uma realidade palpável e cotidiana.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório documental, fundamentada na experiência prática dos bolsistas do PIBID, que tem como propósito a compreensão do fato para elencar variáveis e hipóteses, propiciando adentrar em uma realidade específica, além de apreciar com propriedade os conhecimentos envolvidos na temática (TRIVIÑOS, 2009).

Os sujeitos da pesquisa compreendem os professores de ciências de uma escola pública do município de Cruz das Almas, Ba.

Considerando os objetivos do estudo, que envolvem compreender como a formação inicial dos professores influenciam suas práticas inclusivas no cotidiano escolar, optou-se pela aplicação de questionário e de entrevista semiestruturada como o principal instrumento de coleta de dados.

O questionário foi elaborado pelos autores com base nas observações feitas durante a atuação do ambiente escolar, bem como nas discussões teóricas sobre educação inclusiva e formação docente. Ao todo, o instrumento foi composto por 15 questões, organizadas em cinco blocos temáticos: (1) perfil do professor; (2) formação inicial e educação inclusiva; (3) práticas pedagógicas e inclusão; (4) projeto pedagógico institucional; e (5) formação continuada e perspectiva.

A aplicação do questionário ocorreu de forma presencial, durante o turno de planejamento dos professores, em um momento previamente agendado. Optou-se por esse formato a fim de garantir que os docentes tivessem mais tranquilidade e tempo para responder às perguntas com atenção e sinceridade. O questionário foi composto de questões abertas e fechadas, buscando levantar dados sobre a formação inicial dos professores, suas percepções





quanto à inclusão e as estratégias utilizadas em sala de aula para atender estudantes com deficiência.

Além disso, foram realizadas pelos bolsistas do PIBID observações sistemáticas durante as aulas de ciências, com o objetivo de acompanhar de forma mais próxima o cotidiano pedagógico da escola e identificar elementos relacionados à inclusão. As observações foram registradas em diário de campo e abrangeram diversos aspectos, como a interação entre professores e estudantes, a participação dos alunos, a participação de alunos com deficiências nas atividades propostas, o uso de recursos didáticos e tecnológicos, a organização do espaço da sala de aula e a existência ou a ausência de adaptações e estratégias específicas voltadas à promoção de aprendizagem desses alunos.

Além das observações em campo, foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde a pesquisa foi desenvolvida. O documento foi examinado com o objetivo de verificar se há diretrizes, metas e ações previstas voltadas especificamente à inclusão de estudantes com deficiência, bem como identificar de que forma a escola se propõe, em sua proposta institucional, a acolher a diversidade. Essa etapa foi essencial para compreender a presença do compromisso com a inclusão no plano institucional da escola ou o distanciamento do discurso institucional e as práticas desenvolvidas no cotidiano pedagógico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos por meio do questionário e da entrevista semiestruturada, aplicado para os professores de ciências identificados neste estudo como P1, P2, P3 e P4, bem como das observações realizadas em sala de aula e da análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP), permitiu levantar elementos que evidenciam os desafios enfrentados no processo de inclusão de estudantes com deficiência. Os resultados foram organizados conforme os blocos temáticos utilizados na pesquisa.

4.1 Perfil dos participantes

Os participantes possuem entre oito e dezoito anos de experiências no magistério, todos atuando na disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental. Três professores possuem licenciatura em ciências biológicas e um em Engenharia Agrônoma. Nenhum dos participantes integrou o PIBID durante a graduação, em virtude da ausência do programa na época em que cursaram o ensino superior.





O perfil profissional desses docentes ajuda a entender parte dos desafios que eles enfrentam no dia a dia da sala de aula, especialmente quando o tema é inclusão. Como lembra Tardif (2002), a formação e a trajetória do professor são construídas a partir do conhecimento adquirido na universidade, da experiência prática e das relações vividas nas instituições onde atuam. Quando a formação inicial não aborda de forma aprofundada questões sobre diversidade e educação inclusiva, os professores acabam criando suas próprias estratégias, muitas vezes baseadas na prática e na tentativa e erro. Por isso, conhecer a formação e o tempo de carreira desses educadores é essencial para compreender como eles pensam e agem diante dos desafios da inclusão escolar.

4.2 Formação inicial e educação inclusiva

No que diz respeito à formação inicial, os quatro professores relataram que os cursos de licenciatura frequentados não ofereceram uma preparação consistente para lidar com os desafios impostos pela inclusão de estudantes com deficiência. Três dos entrevistados P1 e P2 e P3 afirmaram não ter cursado qualquer atividade relacionada à educação inclusiva, enquanto a P4 mencionou que cursou um componente curricular voltado para Educação Especial e Inclusiva porém na sua segunda Licenciatura em Pedagogia, sendo assim na sua formação inicial em Ciências Biológicas apresenta esse déficit.

De acordo com Guimarães *et al*; (2022), a formação inicial docente muitas vezes não contempla de forma aprofundada os conteúdos e práticas relacionados à inclusão, o que contribui para a insegurança dos professores ao atuarem em salas de aula diversas. Apesar disso, os professores perceberam que os cursos atuais têm buscado incluir a temática da inclusão por meio de disciplinas obrigatórias, optativas, grupos de estudo e programas institucionais, como o PIBID. Contudo, todos concordam que essa abordagem ainda é feita de maneira pontual e pouco integrada à realidade das escolas públicas, dificultando sua aplicação prática.





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que os desafios enfrentados pelos professores de Ciências no contexto da inclusão escolar não são apenas individuais, mas refletem problemas estruturais mais amplos, como a fragilidade da formação inicial docente, a falta de suporte institucional e a distância entre o discurso legal e a prática pedagógica.

As falas dos professores, bem como as análises do Projeto Político Pedagógico da escola, revelaram que a inclusão ainda é tratada como um ideal distante, mais presente nos documentos do que no cotidiano da sala de aula. Embora exista disposição por parte dos docentes, essa boa vontade esbarra em uma formação que, muitas vezes, não oferece subsídios teóricos e metodológicos suficientes para lidar com a diversidade dos alunos.

A ausência de estratégias específicas, de planejamento individualizado e de ações institucionais consistentes torna a inclusão um esforço solitário, dependente da sensibilidade de cada professor. A vivência no PIBID foi fundamental para que os licenciandos pudessem perceber essas lacunas na prática e, sobretudo, entender que a inclusão exige um compromisso coletivo e permanente.

Dessa forma, esta pesquisa reafirma a necessidade urgente de que as licenciaturas em Ciências incorporem de maneira efetiva os princípios da educação inclusiva. Não como conteúdo isolado, mas como eixo transversal que permeie toda a formação, do estágio ao planejamento didático. Além disso, aponta-se para a importância da formação continuada ser mais prática, colaborativa e enraizada nos desafios reais das escolas públicas.

Para que essa transformação se concretize, é essencial pensar a formação continuada como um processo vivo, construído na escuta e na partilha entre os profissionais da educação. Não basta oferecer palestras pontuais ou formações genéricas; é preciso criar espaços permanentes de diálogo, onde os saberes da universidade encontrem as experiências da escola. Quando universidade e escola se reconhecem como parceiras, a formação ganha sentido, se torna mais próxima da realidade e capaz de provocar mudanças reais. É nesse encontro entre teoria e prática, entre pesquisa e chão da sala de aula, que a inclusão pode deixar de ser promessa e se tornar uma prática cotidiana, presente, possível.





6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. A. DE; BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, p. 281–295, ago. 2007.

ALVES GUIMARÃES, U. *et al.* FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - REVISÃO DE LITERATURA. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, v. 3, n. 12, p. e3112262, 28 nov. 2022.

APARECIDA, L.; ROSENEIDE, V.; CIRINO, M. **Políticas e práticas para a Educação Inclusiva: discussões sobre uma perspectiva ampliada**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://profei.unespar.edu.br/livros/politicas-e-praticas-para-a-educacao-inclusiva.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 jul. 2025.

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria no 555/2007, prorrogada pela Portaria no 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA Brasília - Janeiro de 2008. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

DE SOUZA, B. et al. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases. [s.l.] Editora AGE Ltda, [s.d.].

MÔNICA SILVEIRA BERETA; GELLER, M. Adaptação curricular no Ensino de Ciências: reflexões de professores de escolas inclusivas. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1–22, 2021.





Novas Tecnologias E Mediação Pedagógica. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=17unwQw1rYEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>.

Acesso em: 2 jul. 2025.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, 2019.

PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em:

<<https://pne.mec.gov.br/>>.

Acesso em: 3 jul. 2025.

REALIZE EDITORA. **A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NO BRASIL E A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118844>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SASSAKI, R. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?14732033>.

Acesso em: 09 jul. 2025.

SILVA, F. D. S. Profissao Professor ANTONIO NOVOA. www.academia.edu, [s.d.].

TERESA, M.; MANTOAN, E. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>.

Acesso em: 09 jul. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 5. ed. Petrópolis, Vozes: 2002. 325p.

TUTÓIA-MA, 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/725837/2/Pr%C3%A1ticas%20Pedag%C3%B3gicas%20Inclusivas%20-%20estrat%C3%A9gias%20e%20possibilidades%20de%20ensino%20e%20aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

